

Goldman Sachs

## GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 16º andar - parte, 17º andar e 18º andar - parte, CEP: 04542-000  
CNPJ 04.332.281/0001-30

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 30 DE JUNHO DE 2015 - Em R\$ mil

## Apresentação

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco") para o semestre findo em 30 de junho de 2015.

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada, associadas às normas do Banco Central do Brasil ("BACEN"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF").

## Destques

• **Resultado do Semestre antes da Destinação dos Lucros**  
No semestre findo em 30 de junho de 2015, o Banco registrou Lucro Líquido de R\$ 101.7 milhões, correspondente a R\$ 0,07 por ação e rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido de 16,68%.

## • Limite de Basileia - Patrimônio de Referência Exigido

O Banco adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando-se como base os dados consolidados do Conglomerado Financeiro, de acordo com as diretrizes do Banco Central.

O índice de Basileia é monitorado diariamente e representa um importante indicador do montante de capital alocado compatível em função do grau de risco da estrutura de seus ativos.

Em 30 de junho de 2015, o índice de Basileia do Conglomerado Financeiro, apurado de acordo com a regulamentação em vigor, é de 19,21%, sendo superior, portanto, ao índice mínimo de 11% exigido pela regulamentação do BACEN.

Em março de 2013, o BACEN divulgou um conjunto de quatro resoluções e quinze circulares que implantam no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária

de Basileia, relativas à estrutura de capital de instituições financeiras. Conhecidas em seu conjunto por Basileia III, as novas regras buscam aperfeiçoar a capacidade das instituições financeiras de absorver choques e prevenir problemas financeiros.

A implantação, no Brasil, da nova estrutura de capital iniciou-se em 1º de outubro de 2013 e segue o cronograma internacional, até a conclusão do processo em 1º de janeiro de 2022.

## Gestão de Riscos

Acreditamos que gerenciar o risco de maneira eficaz é essencial para o sucesso do Grupo Goldman Sachs. Dessa forma, contamos com processos de gestão de risco abrangentes, através dos quais podemos monitorar, avaliar e administrar os riscos associados a nossas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, socioambiental, regulatório e reputacional. Desenvolvemos nossa estrutura de gestão de risco com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

O Conglomerado Financeiro é parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos do Grupo Goldman Sachs e, conforme determinado pelas Resoluções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), nº 4.090/12, nº 3.380/06, nº 3.464/07, nº 3.721/09 e nº 4.327/14, foram implementadas localmente as políticas e estrutura de Gestão de Riscos de Liquidez, Operacional, de Mercado, de Crédito e Socioambiental, respectivamente.

## Responsabilidade Socioambiental

Em conformidade com as diretrizes da Política Ambiental Global do Goldman Sachs e com base nos critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.327/14, o Goldman Sachs Brasil reconhece a importância de sua responsabilidade quanto à questão socioambiental na condução de seus negócios e atividades. Também está empenhado em utilizar soluções de mercado para promover a sustentabilidade ambiental e o

desenvolvimento das comunidades, assegurando o atendimento aos interesses de longo prazo de seus clientes e a preservação de valor a longo prazo para os seus acionistas. O Goldman Sachs Brasil atua para que suas instalações e negócios adotem soluções e práticas sustentáveis, uma vez que ambas relacionam-se com o meio ambiente e com as comunidades em que está inserido.

A Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental foi publicada no dia 30 de julho de 2015 no site: <http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/environmental-social-disclosure.pdf>. Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.327/14, o Goldman Sachs Brasil elaborou um plano de ação para a implementação de sua política de responsabilidade socioambiental.

## Ouidoria

Em cumprimento à Resolução CMN nº 3.849/10, que dispõe sobre a instituição de componente organizacional de Ouvidoria, informamos que não há registros de qualquer demanda ou reclamação no semestre findo em 30 de junho de 2015.

## Endereço Eletrônico

Em conformidade com a Circular nº 3.678/13 do BACEN, as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis no site: <http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco.html>.

Ouidoria Goldman Sachs Brasil: 0800 727 5764 e/ou [ouvidoriagoldmansachs@gs.com](mailto:ouvidoriagoldmansachs@gs.com).

Horário de funcionamento: segunda-feira a sexta-feira (exceto feriados), das 9h às 18h.

São Paulo, 19 de agosto de 2015

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em R\$ mil

Ativo	2015	2014	Passivo e patrimônio líquido	2015	2014
<b>Circulante</b>	<b>8.857.863</b>	<b>4.813.969</b>	<b>Circulante</b>	<b>7.386.035</b>	<b>3.609.651</b>
Disponibilidades	1.363	1.475	Depósitos (nota 14)	266.023	246.680
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 7)	1.776.753	918.990	Depósitos interfinanceiros	163.011	220.109
Aplicações no mercado aberto (nota 7 (a))	1.725.828	918.990	Depósitos a prazo	103.012	26.571
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota 7 (b))	50.925	-	<b>Captações no mercado aberto (nota 15)</b>	<b>2.725.531</b>	<b>1.442.600</b>
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>6.819.142</b>	<b>3.521.839</b>	Carteira própria	1.473.827	598.298
Carteira própria (nota 8)	1.112.652	467.283	Carteira de terceiros	196.168	-
Vinculados a compromissos de recompra (nota 8)	1.482.500	601.240	Carteira livre movimentação	1.055.536	844.302
Vinculados a prestação de garantias (nota 8)	2.324.050	1.754.862	<b>Obrigações por empréstimos (nota 16)</b>	<b>1.483.155</b>	<b>932.115</b>
Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	1.899.940	698.454	Empréstimos no exterior	1.483.155	932.115
<b>Operações de crédito (nota 10)</b>	<b>-</b>	<b>132.915</b>	<b>Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)</b>	<b>2.448.308</b>	<b>692.880</b>
Empréstimos e títulos descontados	-	133.583	Instrumentos financeiros derivativos	2.448.308	692.880
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(668)	<b>Outras obrigações</b>	<b>463.018</b>	<b>295.376</b>
<b>Outros créditos</b>	<b>260.364</b>	<b>238.444</b>	Sociais e estatutárias	1.999	-
Carteira de câmbio (nota 11)	87.917	163.026	Carteira de câmbio (nota 11)	88.653	167.440
Rendas a receber	-	902	Fiscais e previdenciárias (nota 18 (a))	61.986	26.251
Negociação e intermediação de valores (nota 17)	139.705	56.564	Negociação e intermediação de valores (nota 17)	205.101	931
Diversos (nota 12)	32.742	17.952	Diversas (nota 18 (b))	105.279	100.754
<b>Outros valores e bens</b>	<b>241</b>	<b>306</b>	<b>Exigível a longo prazo</b>	<b>1.459.615</b>	<b>702.150</b>
Despesas antecipadas	241	306	Depósitos (nota 14)	234.886	152.123
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>988.367</b>	<b>306.009</b>	Depósitos interfinanceiros	2.431	22.634
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 7)	73.210	-	Depósitos a prazo	232.455	129.489
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota 7 (b))	73.210	-	<b>Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)</b>	<b>1.184.606</b>	<b>516.497</b>
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>891.702</b>	<b>278.215</b>	Instrumentos financeiros derivativos	1.184.606	516.497
Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	891.702	278.215	<b>Outras obrigações</b>	<b>40.123</b>	<b>33.530</b>
<b>Outros créditos</b>	<b>23.455</b>	<b>27.794</b>	Diversas (nota 18 (b))	40.123	33.530
Diversos (nota 12)	23.455	27.794	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>1.219.938</b>	<b>1.043.178</b>
<b>Permanente</b>	<b>219.358</b>	<b>235.001</b>	Capital social	1.383.596	1.383.596
Investimentos (nota 13 (a))	164.159	170.323	De domiciliados no exterior (nota 20 (a))	1.383.596	1.383.596
Participação em controlada no país	164.159	170.323	Reserva de capital (nota 20 (c))	9.626	19.874
<b>Imobilizado de uso (nota 13 (b))</b>	<b>16.438</b>	<b>20.679</b>	Prejuízos acumulados	(173.284)	(360.292)
Outras imobilizações de uso	37.592	36.901			
(-) Depreciações acumuladas	(21.154)	(16.222)			
<b>Diferido (nota 13 (c))</b>	<b>38.761</b>	<b>43.999</b>			
Gastos de organização e expansão	55.204	54.892			
(-) Amortizações acumuladas	(16.443)	(10.893)			
<b>Total do ativo</b>	<b>10.065.588</b>	<b>5.354.979</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>10.065.588</b>	<b>5.354.979</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EM 30 DE JUNHO

Em R\$ mil, exceto lucro por ação

	2015	2014
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<b>414.102</b>	<b>214.210</b>
Operações de crédito (nota 10)	9.758	7.837
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	324.490	225.152
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (nota 9 (e))	79.854	(18.779)
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	<b>(251.239)</b>	<b>(96.224)</b>
Operações de captação no mercado aberto	(88.930)	(114.974)
Resultado de operações de câmbio	(21.372)	(4.122)
Operações de empréstimos e repasses	(134.077)	22.911
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (nota 10 (a))	(7.574)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	714	(39)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>162.863</b>	<b>117.986</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(15.164)</b>	<b>(64.297)</b>
Receitas de prestação de serviços (nota 23 (c))	180.175	84.703
Despesas de pessoal (nota 23 (d))	(108.408)	(101.152)
Outras despesas administrativas (nota 23 (e))	(52.773)	(37.051)
Despesas tributárias (nota 23 (f))	(19.955)	(9.223)
Resultado de participação em controlada (nota 13 (a))	(10.025)	(651)
Outras receitas operacionais (nota 23 (g))	17.717	6.259
Outras despesas operacionais (nota 23 (h))	(21.895)	(7.182)
<b>Resultado operacional</b>	<b>147.699</b>	<b>53.689</b>
<b>Resultado não operacional (nota 23 (i))</b>	<b>4.932</b>	<b>3.389</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	<b>152.631</b>	<b>57.078</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social (nota 19)</b>	<b>(48.955)</b>	<b>(21.956)</b>
Provisão para imposto de renda	(16.267)	-
Provisão para contribuição social	(9.768)	-
Provisão para imposto de renda diferido	(14.325)	(13.723)
Provisão para contribuição social diferida	(8.595)	(8.233)
<b>Participações estatutárias no lucro</b>	<b>(2.000)</b>	<b>-</b>
Participação no lucro	(2.000)	-
<b>Lucro líquido do semestre</b>	<b>101.676</b>	<b>35.122</b>
<b>Lucro líquido por ação (em reais)</b>	<b>0,07</b>	<b>0,03</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE JUNHO - Em R\$ mil

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>1.383.596</b>	<b>10.436</b>	-	<b>(395.414)</b>	<b>998.618</b>
Reconhecimento do plano baseado em ações (nota 20 (c))	-	9.438	-	-	9.438
Lucro líquido do semestre	-	-	-	35.122	35.122
Destinação do lucro:					
Constituição de reserva legal	-	-	1.756	(1.756)	-
Realização de reserva legal - absorção de prejuízo	-	-	(1.756)	1.756	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2014</b>	<b>1.383.596</b>	<b>19.874</b>	-	<b>(360.292)</b>	<b>1.043.178</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>1.383.596</b>	<b>7.747</b>	-	<b>(1.116.383)</b>	<b>1.274.960</b>
Reconhecimento do plano baseado em ações (nota 20 (c))	-	1.879	-	-	1.879
Lucro líquido do semestre	-	-	-	101.676	101.676
Destinação do lucro:					
Constituição de reserva legal	-	-	5.084	(5.084)	-
Realização de reserva legal - absorção de prejuízo	-	-	(5.084)	5.084	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2015</b>	<b>1.383.596</b>	<b>9.626</b>	-	<b>(173.284)</b>	<b>1.219.938</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 30 DE JUNHO - Em R\$ mil

	2015	2014
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>123.000</b>	<b>69.356</b>
Lucro líquido ajustado do semestre	101.676	35.122
Lucro líquido do semestre	101.676	35.122
<b>Ajustes ao lucro líquido</b>	<b>21.324</b>	<b>34.234</b>
Resultado de participação em controlada	10.025	651
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(19.560)	6.375
Depreciações e amortizações	5.225	5.252
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	714	-
Participações no lucro	2.000	-
Provisão para impostos e contribuições diferidos	22.920	21.956
<b>Varição de ativos e obrigações</b>	<b>(364.376)</b>	<b>(875.318)</b>
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(694.494)	(41.574)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(2.183.038)	(679.625)
Redução/(aumento) em operações de crédito	141.405	(7.797)
Redução em outros créditos	38.951	25.240
Redução em outros valores e bens	468	52
Aumento/(redução) em depósitos	46.661	(170.299)
Aumento/(redução) em captações no mercado aberto	2.404.485	(1.034)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(35.789)	(2.232)
(Redução) em outras obrigações	(111.646)	(26.799)
Juros recebidos	76.538	77.243
Juros pagos	(47.917)	(48.493)
<b>Caixa utilizado nas atividades operacionais</b>	<b>(241.376)</b>	<b>(805.961)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>	<b>375</b>	<b>(2.722)</b>
Aquisição de imobilizado de uso e diferido	(37)	(2.722)
Baixa de imobilizado	412	-
<b>Caixa originado (utilizado) nas atividades de investimento</b>	<b>375</b>	<b>(2.722)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>485.848</b>	<b>815.246</b>
Captação em obrigações por empréstimos	485.848	815.246
<b>Caixa originado nas atividades de financiamento</b>	<b>485.848</b>	<b>815.246</b>
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>244.847</b>	<b>6.562</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	318.590	1.288
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	19.560	(6.375)
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	582.997	1.475
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>244.847</b>	<b>6.562</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2015 - Em R\$ mil

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco") é uma instituição financeira privada, constituída sob a forma de Sociedade Anônima, autorizada a operar como banco múltiplo com as carteiras de investimento e de crédito, financiamento e investimento, incluindo a gestão e administração de carteiras de valores mobiliários e fundos de investimentos e a prática de operações de câmbio.

O Banco, parte integrante do Grupo Goldman Sachs ("Grupo"), iniciou suas atividades operacionais no final de 2006 e vem desenvolvendo plataforma para novos negócios relacionados às atividades financeiras do Grupo no Brasil e no exterior. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas do Grupo, atuando de forma integrada nos mercados financeiros nacional e internacional, sendo os benefícios dos serviços prestados e os custos comuns dessa estrutura apropriados a cada entidade correspondente.

Em 2008 o Banco passou a atuar como Participante de Liquidação Direta (PLD) da BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), passando a liquidar e custodiar suas operações de derivativos listados.

Em maio de 2008 o Banco Central do Brasil ("BACEN") autorizou o Banco a constituir a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"), sua subsidiária integral, a qual recebeu em dezembro de 2008 autorização do Conselho de Administração da BM&FBOVESPA para operar como corretora no segmento de ações na categoria pleno. O Banco, como líder, e a Corretora, sua subsidiária integral, formam o Conglomerado Financeiro Goldman Sachs ("Conglomerado Financeiro").

Em dezembro de 2009 o Banco iniciou atividade de gestão de grandes fortunas (*Private Wealth Management* - ("PWM")). Em junho de 2015, o Banco comunicou sua decisão de reorientar a atividade de PWM no Brasil, passando a focar no negócio de investimento global, descontinuando a atividade de gestão de fundos e carteiras locais.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do BACEN.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, conforme aplicável, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN e alterações posteriores:

1. CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08.
2. CPC 03 - Demonstração do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08.
3. CPC 05 - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09.
4. CPC 10 - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11.
5. CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11.
6. CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11.
7. CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.
8. Pronunciamento Conceitual Básico - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12. O seguinte pronunciamento foi homologado pelo BACEN mas não está em vigor para o exercício de 2015:

Goldman Sachs

## GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr. nº 700, 16º andar - parte, 17º andar e 18º andar - parte, CEP: 04542-000

CNPJ 04.332.281/0001-30

\* continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2015 - Em R\$ mil

Em 30 de junho de 2015 e de 2014 os créditos tributários citados acima não estavam registrados contabilmente (nota 19 (b)), os quais somente serão registrados quando apresentarem efetivas perspectivas de realização e forem atendidos todos os requisitos estabelecidos pelo BACEN para seu reconhecimento contábil.

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos dos encargos e variações monetárias em base "pro rata" e cambiais incorridos até a data de encerramento do balanço.

A provisão para imposto de renda federal é constituída utilizando-se a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 120 no semestre. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável. A Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015 ("MP"), elevou a alíquota da Contribuição Social para 20% com vigência a partir de 1º de setembro de 2015. A MP ainda não foi convertida em Lei, estando pendente de apreciação e aprovação pelo Congresso Nacional. Considerando ainda a existência de várias emendas complementares ao projeto de conversão em Lei reduzindo ou elevando a alíquota a patamares diferentes do proposto pelo Executivo, não foi reconhecido qualquer efeito pela referida elevação da alíquota em 30 de junho de 2015.

**(l) Contingências**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para demandas judiciais e administrativas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC. As provisões para passivos contingentes de natureza tributária, trabalhista e cível, quando aplicável, são constituídas e reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito das ações e a opinião de seus consultores jurídicos, bem como, modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar das incertezas inerentes ao seu prazo e valor.

As contingências passivas são reconhecidas contabilmente quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

**(m) Plano de incentivo de ações**

Os funcionários elegíveis do Banco participam do Plano de Incentivo de Ações da The Goldman Sachs Group, Inc. através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações concedidas multiplicado pelo valor da ação na data da concessão, sendo a despesa auferida refletida no resultado ao longo do período de aquisição de direito (*vesting period*) em contrapartida ao patrimônio líquido, em conformidade ao Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações (nota 22 (b) e), posteriormente reclassificado para rubrica do passivo, "Outras Obrigações - Diversas", em função do acordo de repagamento entre o Banco e o controlador, The Goldman Sachs Group, Inc.

**4. GERENCIAMENTO DE CAPITAL**

A política de gerenciamento de capital do Conglomerado Financeiro foi criada em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988/11 e com a Circular nº 3.547/11 do BACEN. Tais medidas estão alinhadas com as recomendações do Comitê de Basileia para fortalecer o sistema financeiro, incentivar melhores técnicas de gestão e avaliações de risco, assegurar a manutenção de valores apropriados de capital e planejar futuras necessidades de capital.

A política de gerenciamento de capital do Conglomerado Financeiro visa manter o capital adequado em condições normais e de estresse e ter procedimentos e políticas de gestão de risco conservadoras e dinâmicas que permitam administrar as posições de liquidez e de capital em qualquer ambiente.

Os fatores que influenciam na revisão da política de gerenciamento de capital incluem, dentre outros:

- Leis, regulamentos e orientações regulatórias pertinentes;
- As avaliações de risco do Conglomerado Financeiro, incluindo os riscos de reputação e estratégicos;
- A avaliação da estrutura de capital ideal do Conglomerado Financeiro;
- Ambientes de mercado e econômico;
- Os negócios conduzidos pelo Conglomerado Financeiro; e
- Os instrumentos de capital.

**(a) Estrutura de capital**

Há duas principais exigências de capital no Brasil que impactam o Conglomerado Financeiro:

- **Exigências de capital de Basileia:** o índice de adequação de capital no Brasil é atualmente de 11% e tem por objetivo garantir que o Patrimônio de Referência seja suficiente para cobrir os riscos decorrentes de operação com ativos e passivos, bem como daqueles registrados em contas de compensação, assegurando à cobertura das exposições aos diversos riscos; e

- **Limite de exposição por cliente:** nos termos da legislação em vigor, o limite máximo de exposição por cliente é de 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio de Referência do Conglomerado Financeiro, nas seguintes situações: contratação de operações de crédito e de arrendamento mercantil, prestação de garantias, créditos decorrentes de operações com instrumentos financeiros derivativos, operações de subscrição para revenda, garantia de subscrição e aplicação em títulos e valores mobiliários, incluindo ações, e aplicações interfinanceiras de liquidez.

A meta do Conglomerado Financeiro é manter um nível de capital próprio que exceda os índices mínimos de capital regulatório exigidos nos termos da legislação em vigor, com um *buffer* que reflita o ambiente de mercado, o *mix* de negócios e as futuras alterações regulatórias de capital.

**(b) Plano de Contingência de Capital (CCP)**

No caso de um possível cenário adverso em relação às metas de capital estabelecidas, o Conglomerado Financeiro manterá um plano de contingência de capital que o permitirá responder rapidamente a situação. O CCP consiste em uma série de procedimentos e regras para analisar e responder a uma deficiência projetada ou efetiva, incluindo, entre outros, a identificação de fatores que desencadeiam uma deficiência de capital, bem como de fatores mitigadores e possíveis ações para remediar a situação.

O Conglomerado Financeiro estabeleceu indicadores de alerta prévio relacionados ao capital no Plano de Contingência de Capital, que são monitorados diariamente, quais sejam:

- **Índice de Capital de Basileia ("Capital Ratio"):** os indicadores estabelecidos servem como alertas prévios de que os índices de capital do Conglomerado Financeiro estão se aproximando dos índices mínimos; e

- **Limite de Exposição por Cliente (SNL):** assegura que o Conglomerado Financeiro não tenha exposições superiores a 25% de seu capital regulatório vinculado a um único cliente ou grupo econômico.

Dessa forma, a estratégia do Conglomerado Financeiro é implementar ações para reduzir riscos com antecedência suficiente em um período de retração (seja idiossincrática ou sistêmica) para evitar atingir os próximos níveis de alerta de riscos. Em conformidade com a Circular nº 3.678/13 (Pilar III) e nº 3.716/14, as informações referentes à estrutura de gerenciamento de capital, à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis para acesso público no site: <http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco.html>.

**5. GERENCIAMENTO DE RISCO - VISÃO GERAL**

O Conglomerado Financeiro conta com processos de gestão de riscos abrangentes, através dos quais pode monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades. Estes processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez e operacional. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

**(a) Risco de crédito**

Risco de crédito significa a possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência ou de deterioração da qualidade do crédito de terceiros (por exemplo, em operações de balcão ou de um tomador de empréstimo), ou de emissores de títulos ou demais instrumentos detidos.

Em linha com os princípios da Resolução CMN nº 3.721/09, o Banco possui uma estrutura e um normativo institucional de gerenciamento do risco de crédito, aprovado pelos seus diretores.

A exposição ao risco de crédito do Conglomerado Financeiro está em sua maior parte relacionada às operações de clientes no mercado de balcão. O risco de crédito também é decorrente de dinheiro aplicado em bancos, operações de financiamento de títulos (tais como operações compromissadas) e recebíveis de corretoras, operadores, câmaras de compensação, clientes e terceiros.

A Gestão de Risco de Crédito é responsável por avaliar, monitorar e administrar o risco de crédito no Conglomerado Financeiro, e é independente em relação às unidades geradoras de negócios, reportando-se ao diretor de risco do Conglomerado Financeiro. O Comitê de Política de Crédito e o Comitê Geral de Risco criam e revisam políticas e parâmetros de crédito no mesmo padrão do Goldman Sachs Group. O Comitê de Risco Goldman Sachs Brasil (GSBRC) revisa as políticas e parâmetros de crédito especificamente para o Conglomerado Financeiro e garante a conformidade com as exigências regulatórias locais.

As políticas autorizadas por esses comitês estabelecem o nível de aprovação formal necessária para que a empresa assumida uma determinada exposição de risco em relação a um terceiro, no que diz respeito a todos os produtos, levando em consideração quaisquer disposições de compensação, garantias e demais mitigadores de risco de crédito vigentes.

**(b) Risco de mercado**

Risco de mercado significa o risco de perda de valor de uma carteira devido às mudanças nos preços de mercado.

A carteira do Conglomerado Financeiro é mantida com o principal intuito de formar mercado para clientes e para atividades de investimento e crédito. Deste modo, mudanças na carteira baseiam-se nas solicitações de clientes e em oportunidades de investimento. A contabilização das carteiras é realizada a valor de mercado e, portanto, com flutuação diária, conforme normatizado pelas Circulares nº 3.068/01 e nº 3.082/02 do BACEN, e alterações posteriores.

As categorias de risco de mercado incluem:

- **Risco de taxa de juros:** resultante, principalmente, das exposições às mudanças no nível, inclinação e curvatura das curvas de rendimentos, às volatilidades das taxas de juros e *spreads* de crédito.
- **Risco de preço das ações:** decorrente das exposições às mudanças de preços e volatilidades de cada ação, cestas de ações e índices de ações.
- **Risco de taxa de câmbio:** resultante das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das taxas de câmbio.
- **Risco de preço de commodities:** decorrente das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das mercadorias "commodities".

A Gestão de Risco de Mercado, que é independente em relação às unidades que geram receitas, está diretamente subordinada ao diretor de riscos e tem a responsabilidade principal de avaliar, monitorar e gerir riscos de mercado.

O monitoramento e controle dos riscos é efetuado por meio de uma supervisão através de funções independentes de controle e de suporte, que se estendem a todos os negócios globais do Conglomerado Financeiro.

São empregadas diversas métricas de risco para calcular a dimensão das perdas em potencial, tanto para movimentos de mercado suaves como para os mais extremos, dentro de horizontes de curto e longo prazo, como por exemplo:

- As métricas de risco usadas para horizontes de curto prazo incluem VaR (*Value at Risk*) e métricas de sensibilidade.

- Para horizontes de longo prazo, nossas principais métricas de risco são os testes de estresse. Os relatórios de risco incluem detalhes sobre os riscos principais, os impulsores e as mudanças para cada mesa de operações e para cada negócio, sendo distribuídos para a alta administração das unidades geradoras de receita e para as áreas de suporte independentes.

**(c) Risco operacional**

Risco operacional representa o risco de perda causada por pessoas, sistemas ou resultante de processos internos inadequados ou de eventos externos. Em linha com os princípios da Resolução CMN nº 3.380/06, e alterações posteriores, o Banco possui uma estrutura e um normativo institucional de gerenciamento de risco operacional, que são aprovados anualmente pelos seus diretores.

A exposição ao risco operacional deriva de erros de processamento de rotina, bem como incidentes extraordinários, tais como falhas de sistema.

Potenciais hipóteses de eventos de perda, relacionadas ao risco operacional interno e externo, incluem:

- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Execução, entrega e gestão de processos;
- Descontinuidade de negócios e falhas de sistema;
- Gerenciamento de recursos humanos e segurança no trabalho;
- Danos em ativos físicos;
- Fraude interna; e
- Fraude externa.

O Conglomerado Financeiro mantém completa estrutura de controle, projetada para fornecer um ambiente seguro, de forma a minimizar riscos operacionais.

O Comitê Global de Risco Operacional supervisiona o contínuo desenvolvimento e a implementação de estruturas e políticas de risco operacional. O departamento de Gestão de Risco Operacional é uma atividade de gestão de risco independente das unidades geradoras de receita, e é responsável pelo desenvolvimento e implementação de políticas, metodologias e uma estrutura formalizada para a gestão de risco operacional, com o objetivo de minimizar a exposição a esse risco.

**(d) Risco de liquidez**

A liquidez tem importância crítica em instituições financeiras. Dessa forma, foram estabelecidas uma série de políticas de liquidez que visam manter a flexibilidade para lidar com eventos de liquidez específicos do Conglomerado Financeiro e também do mercado financeiro como um todo. O objetivo principal é prover recursos para o Conglomerado Financeiro no Brasil e permitir a manutenção dos negócios e geração de receita, até mesmo sob circunstâncias adversas.

O Conglomerado Financeiro observa e atende os termos e solicitações da Resolução CMN nº 4.090/12, em vigor desde 1º de janeiro de 2013.

As informações de maior relevância e os resultados gerados pelos modelos internos de liquidez, incluindo o teste de estresse, são disseminados para grande parte da alta gerência no Brasil e no exterior incluindo o Diretor-Estatutário responsável pelo Risco de Liquidez do Conglomerado Financeiro.

**6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades no montante de R\$ 1.363 (2014 - R\$ 1.475) e aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto de R\$ 581.634 (2014 - zero) (Nota 7 (a)).

**7. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ****(a) Aplicações no mercado aberto**

Em 30 de junho de 2015 e de 2014, estão constituídas, em sua totalidade, por aplicações em operações compromissadas, no montante de R\$ 1.725.828 (2014 - zero) e compostas conforme abaixo demonstrado:

	2015	2014
	Custo corrigido	Custo corrigido
<b>Posição bancada:</b>		
Sem acordo de livre movimentação		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	Até 3 meses 92.200	—
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	Até 3 meses 80.000	—
<b>Subtotal</b>	<b>172.200</b>	<b>—</b>
Com acordo de livre movimentação		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	Até 3 meses 9.564	—
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Até 3 meses 112.779	5.641
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	Até 3 meses 150.013	76.634
Letras do Tesouro Nacional - LTN	Acima de 3 meses 10.177	—
<b>Subtotal</b>	<b>282.533</b>	<b>82.275</b>
<b>Posição financiada:</b>		
Com acordo de livre movimentação		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	Até 3 meses 200.864	—
<b>Subtotal</b>	<b>200.864</b>	<b>—</b>
<b>Posição vendida:</b>		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	Até 3 meses —	101.114
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Até 3 meses 447.397	343.078
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	Até 3 meses 429.399	392.523
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Até 3 meses 91.624	—
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	Acima de 3 meses 101.811	—
<b>Subtotal</b>	<b>1.070.231</b>	<b>836.715</b>
<b>Total</b>	<b>1.725.828</b>	<b>918.990</b>

**(b) Aplicações em depósitos interfinanceiros**

Em 30 de junho de 2015, estão constituídas por aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros no valor de R\$ 124.135 (2014 - zero), com vencimento até 15 de julho de 2020 e taxas correspondentes a 100% do CDI.

**8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

A carteira de títulos e valores mobiliários está classificada conforme os critérios estabelecidos na Circular nº 3.068/01 do BACEN, na categoria "títulos para negociação". Os valores de mercado dos títulos públicos representam o valor presente dos mesmos, os quais foram calculados com base no fluxo de caixa futuro descontado pelas taxas praticadas no mercado.

O saldo da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como sua composição, estão assim demonstrados:

**(a) Composição por classificação e tipo**

	2015	2014
	Custo corrigido	Valor de mercado
<b>Composição da carteira</b>		
<b>Carteira Própria</b>	<b>1.137.397</b>	<b>1.112.652</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.496	1.496
Letras do Tesouro Nacional - LTN	593.966	584.755
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	437.549	426.376
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	70.349	70.402
Notas do Tesouro Nacional - NTN-I	34.037	29.623
<b>Vinculados a Compromisso de Recompra</b>	<b>1.553.049</b>	<b>1.482.500</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.380.012	1.309.326
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	173.037	173.174
<b>Vinculados a Prestação de Garantias na BM&amp;FBOVESPA</b>	<b>2.195.227</b>	<b>2.304.758</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	—	11.794
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.020.613	1.008.129
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	397.631	432.774
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	776.983	863.855
<b>Vinculados a Prestação de Garantias - Outros</b>	<b>35.729</b>	<b>19.292</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	35.729	19.292
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	—	—
<b>Total da carteira</b>	<b>4.921.402</b>	<b>4.919.202</b>

**(b) Composição do valor nominal por contraparte**

	2015	2014
	Instituições Financeiras	Corporate
Swaps	3.224.220	3.937.312
Opções	480.816	286.223
NDF ( <i>Non-deliverable forward</i> )	—	12.363.189
Outros derivativos	523.219	12.100
Operações com futuros	—	—
Termo de título público	1.285.813	—
<b>Total</b>	<b>5.514.068</b>	<b>16.598.824</b>

**(c) Composição do valor nominal por local de negociação**

	2015	2014
	Valor de Ganhos/perdas não realizados	Valor de mercado
<b>Ativo</b>	<b>1.517.266</b>	<b>2.791.642</b>
Operações de <i>swap</i>	310.761	789.130
Operações de NDF	128.406	131.355
Operações de opções e outros derivativos	(208.219)	354.397
Termo de título público	1.285.318	(505)
<b>Passivo</b>	<b>(1.897.125)</b>	<b>(1.735.790)</b>
Operações de <i>swap</i>	(1.102.024)	(484.722)
Operações de NDF	(131.115)	(66.483)
Operações de opções e outros derivativos	619.156	(1.184.436)
Termo de título público	(1.283.142)	(149)
<b>Total</b>	<b>79.854</b>	<b>(18.779)</b>

**(d) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado**

Os ajustes diários das operações realizadas em mercado futuro bem como o resultado dos contratos de *swap*, opções, termo de moeda e outros derivativos são registrados em receita ou despesa, quando auferidos, e representam seu valor de mercado atualizado.

**(b) Classificação e composição por prazo de vencimento**

	2015	2014
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses
<b>Títulos para negociação (1)</b>		
Carteira própria	31.789	195.662
Vinculados a compromisso de recompra	—	652.081
Vinculados a prestação de garantias - BM&FBOVESPA (2)	—	445.864
Vinculados a prestação de garantia - Outros	—	—
<b>Total</b>	<b>31.789</b>	<b>1.293.607</b>

(1) Títulos classificados na categoria para negociação e, assim, apresentados no balanço patrimonial como ativo circulante, independente de suas datas de vencimentos, conforme Circular 3.068/01, do BACEN.

(2) Os títulos públicos vinculados à prestação de garantia referem-se às operações realizadas junto à *clearing* de derivativos BM&FBOVESPA.

**9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

Estão representados por operações de futuros, *swap*, opções, operações a termo de título público e de moeda - NDF (*Non-Deliverable Forward*) e outros derivativos devidamente registrados na BM&FBOVESPA ou na CETIP, conforme o caso, envolvendo taxas do mercado interfinanceiro, ações, *commodities* e variação cambial. O Banco atua no mercado de futuros da BM&FBOVESPA, principalmente como parte da execução de sua política de gerenciamento de riscos, a fim de reduzir os riscos resultantes de suas operações (*hedge* global).

A área de Gerenciamento de Risco é independente e utiliza técnicas globais para mensuração dos potenciais riscos inerentes ao carregamento de suas posições.

A gestão de riscos e os controles internos existentes visam permitir que o Banco não se exponha excessivamente à movimentação das taxas de juros, índices de preços, do câmbio e de *commodities*.

Os controles mantidos são aprovados internamente, adotando-se os parâmetros internacionais utilizados pela organização mundialmente. Tais controles baseiam-se em parâmetros estatísticos, tais como "VaR".

A precificação dos contratos futuros detidos pelo Banco é apurada com base nos preços de fechamento divulgados diariamente pela BM&FBOVESPA.

A precificação das operações de *swap* e a termo de título público e NDF é fundamentada pela geração de curvas de mercado obtida por intermédio de estruturas temporais de taxas de juros, cujas cotações de preços são obtidas pela mesa de operações e divulgadas por agências como Bloomberg, Reuters, Ambima e a própria BM&FBOVESPA. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, utilizando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para analisar as volatilidades. Os instrumentos financeiros derivativos listados acima, registrados em contas patrimoniais e de compensação, em 30 de junho de 2015 e de 2014 estão representados como segue:

**(a) Composição por indexador**

	2015	2014
	Valor a receber	Valor a pagar
<b>Operações de <i>swap</i></b>	<b>1.099.891</b>	<b>(1.586.746)</b>
CDI x Euro	8.533	—
CDI x Fundo de índice	1.181	—
CDI x Índice de ação	—	(4.666)
CDI x IPCA	—	—
CDI x Libor	2.299	(156.805)
CDI x Pre	769.713	(14.565)
CDI x USD	36.544	(610.348)
Euro x CDI	—	(7.534)
Fundo de índice x CDI	—	(1.160)
Ouro x Pre	—	—
Índice de ação x CDI	4.679	—
IPCA x CDI	6.465	—
JPY x Pre	—	—
Libor x CDI	20.041	—
Libor x USD	337	(7.881)
Ouro x Outros	—	(40)
Outros x Ouro	40	—
Outros x USD	—	—
Pre x CDI	2.030	(416.075)
Pre x Ouro	—	—
Pre x JPY	—	—
Pre x Libor	—	(32.001)
Pre x USD	2.115	(19.966)

Goldman Sachs

## GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 16º andar - parte, 17º andar e 18º andar - parte, CEP: 04542-000  
CNPJ 04.332.281/0001-30

\* continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2015 - Em R\$ mil

## 10. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A classificação das operações de crédito e constituição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa observam os seguintes critérios, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99:

- As operações de crédito devem ser classificadas em nove níveis de risco, entre "AA" (risco mínimo/nulo - 0%) e "H" (risco máximo - 100%); e
- A provisão para crédito de liquidação duvidosa é efetuada com base na classificação do cliente nos níveis de risco. Essa classificação leva em consideração, dentre outras variáveis, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

Em 30 de junho de 2014, a rubrica "Operações de Crédito" refere-se a empréstimo representado por um contrato indexado ao CDI, concedido na forma de cédula de crédito bancário para entidade não ligada, cuja atividade econômica se insere na categoria de prestação de serviços e com vencimento em junho de 2015, no montante de R\$ 133.583. A operação foi classificada como nível de risco "A", razão pela qual foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$ 668, correspondente a 0,5% do valor atualizado do crédito concedido.

Não há saldos em aberto de Operações de Crédito em 30 de junho de 2015.

No semestre findo em 30 de junho de 2015 a receita de operações de crédito é de R\$ 9.758 (2014 - R\$ 7.837).

## (a) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros

Em 30 de setembro de 2014, o Banco cedeu o montante de R\$ 141.301, referente à operação de crédito, com retenção substancial de riscos e benefícios. Os créditos cedidos, com "retenção substancial dos riscos e benefícios" permanecendo em sua totalidade registrada no ativo. Os valores recebidos na operação foram registrados no ativo tendo como contrapartida a rubrica "Outras Obrigações - Diversas" até a data de sua liquidação, referente à obrigação assumida e as receitas e despesas apropriadas de forma segregada no resultado do período pelo prazo remanescente da operação. A despesa auferida no semestre findo em 30 de junho de 2015 é de R\$ 7.574 (2014 - zero) e está registrada na rubrica "Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros". A operação de cessão de crédito realizada em setembro de 2014 foi liquidada em 19 de junho de 2015.

## 11. CARTEIRA DE CÂMBIO

Em 30 de junho de 2015 e de 2014, os saldos são compostos por:

	2015	2014
<b>Ativo</b>		
Câmbio comprado a liquidar	8.618	18.187
(-) Adiantamentos em moeda estrangeira recebidos	(1.187)	(2.881)
Direitos sobre vendas de câmbio	80.486	149.221
(-) Adiantamentos em moeda nacional recebidos	-	(1.501)
<b>Total</b>	<b>87.917</b>	<b>163.026</b>
<b>Passivo</b>		
Câmbio vendido a liquidar	80.056	149.238
Obrigações por compra de câmbio	8.597	18.202
<b>Total</b>	<b>88.653</b>	<b>167.440</b>

## 12. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Em 30 de junho de 2015 e de 2014, os saldos são compostos por:

	2015	2014
Impostos e contribuições a compensar	21.961	21.237
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 21 (a))	30.010	21.186
Outros	4.226	3.323
<b>Total</b>	<b>56.197</b>	<b>45.746</b>

## 13. PERMANENTE

## (a) Investimentos

O Banco possui participação de 100% em sociedade controlada, a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., conforme abaixo:

	2015	2014
Participação no capital integralizado	100%	100%
Quantidade de ações detidas	176.000.000	176.000.000
Capital social da controlada	176.000	176.000
Patrimônio líquido da controlada	164.159	170.323
Reserva de capital	-	577
Resultado de participação em controlada	(10.025)	(651)
Prejuízos acumulados com equivalência patrimonial	(11.841)	(6.254)
<b>Valor contábil do investimento</b>	<b>164.159</b>	<b>170.323</b>

## (b) Imobilizado de uso

	2015		2014	
	Taxa anual depreciação	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	10.457 (2.710)	7.747 9.766 (1.718)	8.048
Equipamentos de comunicação	10%	16.651 (9.933)	6.718 16.651 (7.094)	9.557
Processamento de dados	20%	10.484 (8.511)	1.973 10.484 (7.410)	3.074
<b>Total</b>		<b>37.592 (21.154)</b>	<b>16.438 36.901 (16.222)</b>	<b>20.679</b>

## (c) Diferido - constituição e reestruturação da sociedade e gastos de organização e expansão

Representado, substancialmente, pelos seguintes saldos:

- R\$ 744 - gastos organizacionais iniciais da atividade do Banco, registrados pelo custo e amortizados desde novembro de 2006, pelo método linear (2014 - R\$ 1.268).
- R\$ 38.017 - gastos em benfeitorias em imóveis de terceiros que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social, baseado em estudo técnico elaborado pela entidade, conforme estabelece o artigo 2º da Resolução CMN nº 3.617/08 (2014 - R\$ 42.731).

## 14. DEPÓSITOS

	2015	2014
<b>Depósitos interfinanceiro</b>	<b>165.442</b>	<b>242.743</b>
De 1 a 90 dias	163.011	172.051
De 91 até 360 dias	-	48.058
A vencer após 360 dias	2.431	22.634
<b>Depósitos a prazo</b>	<b>335.467</b>	<b>156.060</b>
De 1 a 90 dias	103.012	26.571
A vencer após 360 dias	232.455	129.489
<b>Total de depósitos</b>	<b>500.909</b>	<b>398.802</b>

Depósitos interfinanceiros, representados por captações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros com instituições financeiras, foram contratados a taxas que variam entre 98% a 100% do CDI, sendo o montante de R\$ 154.268 (2014 - R\$ 164.312) correspondente à transação com parte relacionada, conforme demonstrado na nota 21 (a).

Depósitos a prazo, representado por captações em Certificados de Depósitos Bancários com clientes, foram contratados a taxas que variam de 98% a 100% do CDI, sendo o montante de R\$ 232.455 (2014 - R\$ 57.668) correspondente a transações com partes relacionadas (nota 21 (a)).

## 15. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Em 30 de junho de 2015 e de 2014 estão representadas por obrigações em operações compromissadas no montante de R\$ 2.725.531 (2014 - R\$ 1.442.600), sendo que, desse valor:

- R\$ 1.473.827 (2014 - R\$ 598.298) correspondem a recompras a liquidar de operações compromissadas realizadas com títulos da carteira própria e liquidadas em 1 de julho de 2015;
- R\$ 196.168 (2014 - zero) correspondem a recompras a liquidar de operações compromissadas realizadas com títulos de terceiros e liquidadas em 1 de julho de 2015, sendo desse total o valor de R\$ 34.000 (2014 - R\$ 66.299) uma transação com parte relacionada (nota 21 (a)); e
- R\$ 1.055.536 (2014 - R\$ 844.302) correspondem a obrigações referentes ao compromisso de devolução de títulos recebidos como lastro em operações compromissadas com acordo de livre movimentação, em razão da venda definitiva dos respectivos títulos, representadas por NTN-B e NTN-F.

## 16. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Em 30 de junho de 2015 e de 2014 referem-se a empréstimos captados no exterior junto à Goldman Sachs Group Inc., Nova Iorque, em dólar e euro, resumido como segue:

	2015	2014
Captações em moeda - dólar	1.483.155	1.483.155
Captações em moeda - euro	-	3.867
<b>Total em reais equivalentes</b>	<b>1.483.155</b>	<b>1.483.155</b>

## 17. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

No ativo referem-se, principalmente, a depósitos em moeda estrangeira para garantia na Bolsa de Mercadorias e Câmbio ("BMC"), no montante de R\$ 139.617 (2014 - R\$ 33.038). No passivo referem-se, principalmente, a leilão a liquidar junto ao Banco Central do Brasil no montante de R\$ 161.165 (2014 - zero), credores - contas liquidadas pendentes no valor de R\$ 15.885 (2014 - R\$ 3), operações com ativos financeiros a liquidar no montante de R\$ 26.843 (2014 - zero) e ajuste diário a pagar de operações com ativos financeiros no montante de R\$ 42.712 (2014 - zero).

## 18. OUTRAS OBRIGAÇÕES

## (a) Fiscais e previdenciárias

Em 30 de junho de 2015 e de 2014, o saldo está composto por:

	2015	2014
Provisão para imposto de renda diferido (IRPJ e CSLL) (1)	47.476	21.957
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	3.263	-
Impostos e contribuições sobre salários a recolher	8.479	3.755
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros a recolher	2.768	539
<b>Total</b>	<b>61.986</b>	<b>26.251</b>

(1) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros.

## (b) Diversas

Em 30 de junho de 2015 e de 2014, o saldo está composto por:

	2015	2014
Valores a pagar sociedades ligadas	70.443	68.460
Provisão para outras despesas administrativas	31.507	23.350
Provisão para despesas de pessoal	28.785	30.217
Credores diversos - país	12.451	9.567
Fornecedores a pagar	1.254	1.673
Provisão para passivos contingentes (nota 23 (a))	962	1.017
<b>Total</b>	<b>145.402</b>	<b>134.284</b>

## 19. IMPOSTO DE RENDA (IR), CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CS) E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

(a) Os impostos e contribuições a recolher no semestre são demonstrados como segue:

	2015		2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e após participações</b>	<b>150.631</b>	<b>150.631</b>	<b>57.078</b>	<b>57.078</b>
Imposto de renda (25%) e contribuição social (15%) à alíquota vigente	37.658	22.595	14.269	8.562
Diferenças temporárias sem registro de ativo diferido fiscal	3.188	1.912	687	412
Diferenças temporárias com registro de passivo diferido fiscal	(20.465)	(12.278)	(21.796)	(13.077)
Diferenças permanentes	2.863	1.725	132	79
(Constituição)/compensação de prejuízo fiscal - não registrado contabilmente	(6.977)	-	6.708	-
(Constituição)/compensação de base negativa de CSLL - não registrado contabilmente	-	(4.186)	-	4.024
<b>Imposto de renda e contribuição social do semestre</b>	<b>16.267</b>	<b>9.768</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## Aplicações no mercado aberto

Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (6)

## Investimento em controlada

Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (3)

## Instrumentos financeiros derivativos

Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (6)

Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (6)

Goldman Sachs Participações Ltda. (4)

## Valores a receber por negociação e intermediação de valores

Goldman Sachs International (4)

Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (6)

Goldman, Sachs & Co. (4)

The Goldman Sachs Group, Inc. (1)

Goldman Sachs International (4)

Goldman Sachs Asset Management Brasil Ltda. (4)

Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (3)

Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (6)

Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (6)

J. Aron & Company (4)

Goldman Sachs Participações Ltda. (4)

Goldman Sachs Bank AG (4)

Goldman Sachs AG (4)

Goldman Sachs Capital Markets, L.P. (4)

Outros valores a receber de partes relacionadas (4)

**Depósito a prazo**

Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (6)

Goldman Sachs Asset Management Brasil Ltda. (4)

Goldman Sachs Participações Ltda. (4)

Goldman, Sachs & Co. (4)

**Depósito interfinanceiro**

Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (3)

**Captações no mercado aberto**

Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (3)

Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (6)

Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (6)

## Valores a pagar por negociação e intermediação de valores

Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (3)

Goldman Sachs International (4)

Goldman, Sachs & Co. (4)

**Outros valores a pagar (i)**

Goldman, Sachs & Co. (4)

Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (3)

Goldman Sachs International (4)

The Goldman Sachs Group, Inc. (1)

Goldman Sachs Paris Inc. et Cie (4)

Goldman Sachs Asset Management Brasil Ltda. (4)

Outros valores a pagar de partes relacionadas (4)

## Empréstimos no exterior

The Goldman Sachs Group, Inc. (1)

**Capital social**

The Goldman Sachs Group, Inc. (1)

Goldman Sachs Global Holdings, L.L.C. (1)

(i) Outros valores a pagar referem-se a reembolsos de despesas junto a partes relacionadas, principalmente o repagamento do plano de incentivo de ações (RSU).

## (a) Plano de previdência privada

O Banco oferece a todos os funcionários um plano de previdência privada PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livre) na modalidade de contribuição definida.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2015, o Banco contribuiu com R\$ 1.165 (2014 - R\$ 988) para o fundo de previdência, dos quais R\$ 102 (2014 - R\$ 68) referem-se às contribuições relativas às pessoas-chave da administração, conforme nota 21 (b).

A movimentação das RSUs para 30 de junho de 2015 e de 2014 está demonstrada a seguir:

	2015		2014	
	Requer serviço futuro (unvested) (Nº de ações)	Não requer serviço futuro (vested) (Nº de ações)	Requer serviço futuro (unvested) (Nº de ações)	Não requer serviço futuro (vested) (Nº de ações)
<b>Movimentação pela quantidade de ações:</b>				
<b>Quantidade no final do ano anterior</b>	<b>27.239</b>	<b>133.853</b>	<b>57.907</b>	<b>160.906</b>
Outorgada (1) (2) (granted)	9.049	13.318	15.592	16.196
Prescrita (forfeited)	-	(995)	(5.573)	-
Entregue (3) (delivered)	-	(64.047)	-	(81.940)
Adquirida por direito (2) (vested)	(4.942)	4.942	(1.557)	1.557
Transferida entrada/saída (transfers)	(818)	294	-	-
<b>Quantidade ao final do semestre</b>	<b>30.528</b>	<b>87.365</b>	<b>66.369</b>	<b>96.719</b>
	2015		2014	
	Requer serviço futuro (unvested) (Média ponderada)	Não requer serviço futuro (vested) (Média ponderada)	Requer serviço futuro (unvested) (Média ponderada)	Não requer serviço futuro (vested) (Média ponderada)
<b>Movimentação pela média ponderada</b>				
<b>Média no final do ano anterior</b>	<b>423,26</b>	<b>420,43</b>	<b>255,64</b>	<b>297,87</b>
Outorgada (1) (2) (granted)	498,96	499,02	335,66	346,70
Prescrita (forfeited)	-	457,01	282,01	-
Entregue (3) (delivered)	-	396,57	-	285,68
Adquirida por direito (2) (vested)	443,55	443,55	242,63	244,07
Transferida entrada/saída (transfers)	453,48	270,61	-	-
<b>Média ao final do semestre</b>	<b>440,01</b>	<b>450,28</b>	<b>272,54</b>	<b>315,48</b>

(1) A média ponderada a valor justo na data da outorga das RSUs concedidas durante o exercício findo em 30 de junho de 2015 é de R\$ 499,02 (30 de junho de 2014 - R\$ 340,24). O valor justo das RSUs outorgadas em 30 de junho de 2015 e em 30 de junho de 2014 inclui um desconto de liquidez (liquidity discount) de 8,66% e 12,16%, respectivamente, para refletir restrições de até 4 anos pós-aquisição do direito de transferência.

(2) O valor justo agregado das ações com direito adquirido em 30 de junho de 2015 é de R\$ 9.243 (2014 - R\$ 6.067).

(3) A média ponderada das RSUs, na data da entrega, em 30 de junho de 2015 é de R\$ 553,32 (2014 - R\$ 369,95).

(b) Os impostos e contribuições diferidos são demonstrados como segue:

	2015	2014
	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
<b>Base de cálculo dos impostos diferidos (relativa aos ajustes a valor de mercado)</b>	<b>118.689</b>	<b>54.889</b>
Provisão para imposto de renda diferido	(29.672)	(13.723)
Provisão para contribuição social diferida	(17.804)	(8.233)
<b>Provisão para IRPJ e CSLL diferidos em 30 de junho de 2015 e 2014</b>	<b>(47.476)</b>	<b>(21.956)</b>
<b>Provisão para IRPJ e CSLL diferidos em 31 de dezembro 2014 e 2013</b>	<b>(</b>	

Goldman Sachs

## GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 16º andar - parte, 17º andar e 18º andar - parte, CEP: 04542-000

CNPJ 04.332.281/0001-30

\*continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2015 - Em R\$ mil

## • Opções de ações

Opções de ações geralmente são adquiridas tal como descrito no acordo de RSU. Em geral, as opções expiram no décimo aniversário da data de outorga, embora elas possam ser objeto de rescisão antecipada ou cancelamento sob certas circunstâncias, de acordo com os termos do SIP, bem como de acordo com os contratos de opções aplicáveis. O quadro abaixo demonstra a atividade referente as opções de ações:

	2015				2014			
	Saldo de opções (nº de ações)	Média ponderada preço de exercício (R\$)	Valor intrínseco agregado (R\$)	Média ponderada vida útil (em anos)	Saldo de opções (nº de ações)	Média ponderada preço de exercício (R\$)	Valor intrínseco agregado (R\$)	Média ponderada vida útil (em anos)
Saldo de opções	34.976	244,42	12.484.756,91	4,0	34.976	173,51	7.586.328,44	5,0
Saldo no final do ano anterior	34.976	244,42	-	-	-	-	-	-
Exercidas (1)	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo de opções ao final do semestre	-	-	-	-	34.976	173,51	6.829.851,18	4,5
Exercíveis ao final do semestre	-	-	-	-	34.976	173,51	6.829.851,18	4,5

(1) O valor total intrínseco de opções exercidas durante o semestre findo em 30 de junho de 2015 é de R\$ 14.067 (2014 - zero).

A tabela abaixo demonstra o saldo de opções:

	2015			2014		
	Saldo de opções (nº de ações)	Média ponderada preço de exercício (R\$)	Média ponderada vida útil (em anos)	Saldo de opções (nº de ações)	Média ponderada preço de exercício (R\$)	Média ponderada vida útil (em anos)
R\$ 165,19 - R\$ 198,20:	-	-	-	34.976	173,51	4,5
Saldo de opções ao final do primeiro semestre	-	-	-	34.976	-	-

Em decorrência da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, o Banco registrou o total de despesas de provisão para pagamento em ações, líquido de prescrições, baseado no preço da data de outorga. Para o semestre findo em 30 de junho de 2015, foi registrado o montante de R\$ 9.392 (2014 - R\$ 7.703) referentes a amortização dos prêmios em ações.

A contrapartida do lançamento acima foi contabilizada como provisão no Passivo. Adicionalmente, no semestre findo em 30 de junho de 2015, o Banco registrou despesa de provisão de encargos sociais, baseados no valor atual da ação, no montante de R\$ 8.557 (2014 - R\$ 1.081), registrado na rubrica "Despesas de pessoal". Considerando o contrato de repagamento assinado em 31 de dezembro de 2012 com a The Goldman Sachs Group, Inc. a provisão para pagamento em ações referente ao semestre findo em 30 de junho de 2015 corresponde ao valor ajustado a mercado de R\$ 58.472 (2014 - R\$ 43.312). Em 30 de junho de 2015, a provisão para encargos sociais, registrada na rubrica "Outras Obrigações - Diversas", é de R\$ 27.744 (2014 - R\$ 21.887).

## 23. OUTRAS INFORMAÇÕES

## (a) Passivos contingentes e obrigações legais

## • Passivos contingentes trabalhistas classificados como risco de perda provável e possível

Em 30 de junho de 2015, o Banco figura como parte em litígios de natureza trabalhista, patrocinados por ex-funcionários e ex-prestadores de serviços. O valor das contingências é provisionado com base nas características individuais de cada ação. Em 30 de junho de 2015, a provisão para contingências trabalhistas classificadas com perda de risco provável pela Administração, haja vista prognóstico de seus advogados externos, é de R\$ 962 (2014 - R\$ 1.017).

As contingências trabalhistas classificadas como possíveis com base nos pareceres emitidos pelos advogados externos responsáveis pela condução das ações totalizam a R\$ 19.320 (2014 - R\$ 393).

## • Passivos contingentes fiscais classificados como risco de perda possível

O Banco é parte em processos na esfera administrativa da Receita Federal do Brasil de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução da defesa.

Os processos envolvem os seguintes assuntos: (a) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP no valor de R\$ 288 (2014 - R\$ 274); (b) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da venda de ações no IPO da Bovespa no valor de R\$ 3.453 (2014 - R\$ 3.300); (c) PIS e COFINS sobre as receitas decorrentes da incorporação de ações da Bovespa Holding S.A. pela Nova Bolsa S.A. no valor de R\$ 9.651 (2014 - R\$ 9.214); e (d) IRPJ relativo aos anos-calendários de 2009 a 2011, em razão da suposta dedução indevida de gratificações pagas a diretores no valor de R\$ 6.854 (2014 - zero),

atualizados pela Selic acumulada desde a data do auto de infração até 30 de junho de 2015 e de 2014.

## (b) Acordos para compensação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

O Banco tem celebrado com certas contrapartes acordos de compensação ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/05. Tais acordos estabelecem, de modo geral, a compensação das obrigações decorrentes das operações bancárias vigentes e futuras cursadas com tais contrapartes. O registro dos acordos de compensação é feito na CETIP. Os valores a receber e a pagar são demonstrados no Balanço Patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação de valores.

## (c) Receitas de prestação de serviço

Receitas de prestação de serviços referem-se a:

	2015	2014
Rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica (1)	171.983	79.865
Rendas de administração de fundos de investimentos (2)	5.375	3.883
Rendas de comissões de colocação de títulos	2.816	946
Rendas de corretagens de operações em bolsas	1	9
<b>Total</b>	<b>180.175</b>	<b>84.703</b>

(1) Referem-se a rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestadas a partes relacionadas no valor de R\$ 118.032 (2014 - R\$ 59.720), rendas de serviços de consultoria e assessoria financeira no valor de R\$ 45.365 (2014 - R\$ 11.467), sendo R\$88 (2014 - R\$ 128) serviços prestados a ligadas, e a receitas com taxas de clearing prestadas a ligadas no valor de R\$ 8.586 (2014 - R\$ 8.678).

(2) Rendas de administração de fundos de investimentos incluem R\$ 5.365 (2014 - R\$ 3.883) de receita com partes relacionadas.

## (d) Despesas de pessoal

Despesas de pessoal referem-se a:

	2015	2014
Despesa de pessoal - Proventos	76.379	73.873
Despesa de pessoal - Encargos	24.556	17.600
Despesa de pessoal - Benefícios e treinamentos	6.834	8.297
Despesa de remuneração - Estagiários	477	429
Outros	162	953
<b>Total</b>	<b>108.408</b>	<b>101.152</b>

## (e) Outras despesas administrativas

Outras despesas administrativas referem-se a:

	2015	2014
Aluguel	12.826	11.521
Serviços técnicos especializados (1)	12.145	2.106
Serviços do sistema financeiro	5.996	3.946
Depreciação e amortização	5.225	5.252

	2015	2014
Viagens	4.139	3.457
Materiais, manutenção e conservação de bens	2.096	2.575
Processamento de dados	2.020	2.302
Comunicação, publicações, propaganda e publicidade	1.625	1.770
Serviços de terceiros	1.337	961
Promoções e relações públicas	602	886
Seguros, vigilância e segurança	530	540
Despesas de contribuições filantrópicas	161	79
Outras despesas administrativas	4.071	1.656
<b>Total</b>	<b>52.773</b>	<b>37.051</b>

(1) Serviços técnicos especializados incluem serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira contratados com partes relacionadas no valor de R\$ 8.887 (2014 - zero).

## (f) Despesas tributárias

Despesas tributárias referem-se a:

	2015	2014
Despesas de contribuição ao COFINS/PIS/PASEP	10.808	4.050
Despesas de impostos sobre serviços de qualquer natureza - ISS	8.875	4.115
Despesas tributárias - IOF	272	1.058
<b>Total</b>	<b>19.955</b>	<b>9.223</b>

## (g) Outras receitas operacionais

Referem-se, substancialmente, às receitas de variação cambial sobre saldos a receber em moeda estrangeira no valor de R\$ 17.292 (2014 - R\$ 5.512).

## (h) Outras despesas operacionais

Referem-se, substancialmente, a despesa de variação cambial sobre saldos a pagar registrados em moeda estrangeira no valor de R\$ 18.886 (2014 - R\$ 4.265).

## (i) Resultado não operacional

Refere-se, substancialmente, à receita decorrente da (i) locação de ativos, conforme descrito no "Instrumento Particular de Aluguel de Ativos", firmado na data de 28 de junho de 2013, entre o Banco e a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Goldman Sachs Asset Management Brasil Ltda. e Goldman Sachs Participações Ltda. ("partes relacionadas"), (ii) sublocação de imóvel, conforme descrito nos "Instrumentos Particulares de Sublocação para fins não Residenciais", firmados na data de 04 de fevereiro de 2013 entre o Banco e partes relacionadas, no montante de R\$ 3.387 (2014 - R\$ 3.389) e (iii) sublocação de imóvel, conforme descrito nos "Instrumentos Particulares de Sublocação para fins não Residenciais" para terceiros no montante de R\$ 1.545 (2014 - zero).

## (j) Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014

A Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, alterou a legislação tributária federal relativa ao IRPJ, à CSLL, e às contribuições para o PIS e a COFINS, dentre outras previsões.

Conforme expresso em seus artigos 75 e 96, as pessoas jurídicas poderiam optar voluntariamente pela aplicação das disposições da Lei ora em referência a partir de 1º de janeiro de 2014, ou adotá-las mandatoriamente a partir de 1º de janeiro de 2015. A administração da Instituição optou por não adotar as disposições da Lei nº 12.973/14 ("Lei") a partir do ano-calendário de 2014, haja vista a inexistência de qualquer impacto significativo no tocante à migração para o novo regime tributário nela estabelecido. A partir de 1º de janeiro de 2015 a adoção foi obrigatória.

## 24. LIMITES OPERACIONAIS

## (a) Índice de Basileia e de imobilização

O Banco adota a apuração dos limites operacionais de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Financeiro, em conformidade com as diretrizes do BACEN.

Em 30 de junho de 2015, passou a vigorar a Resolução nº 4.277/13, que estabelece os requisitos mínimos e ajustes prudenciais a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado. Os ajustes não reconhecidos nos registros contábeis de acordo com a regulamentação contábil aplicáveis às Instituições Financeiras, devem ser deduzidos do Patrimônio de Referência. Em função da referida norma, em 30 de junho de 2015, o Banco efetuou ajuste prudencial no Patrimônio de Referência de R\$ 5.723. O índice de Basileia do Conglomerado é de 19,21% (2014 - 21,46%), sendo o Patrimônio de Referência de R\$ 1.175.455 (2014 - R\$ 1.000.447).

Em 30 de junho de 2015 o Índice de Imobilização do Conglomerado Financeiro é de 3,04% (2014 - 4,42%).

## DIRETORIA

Diretor-Presidente: Paulo Carvalho Leme

André Laport Ribeiro  
Antonio R. G. P. da S. PereiraC Douglas Fuge  
Daniel Motta C. SilvaFernando P. Vallada  
Gersoni A. F. M. MunhozKathia Aparecida Autuori  
Sílvia Regina Valente

## CONTADORA

Tatiana L. M. Navarro Baldívieso  
CRC 15P240271/O-7

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas

## Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

## Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Opinão

Nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

São Paulo, 19 de agosto de 2015

**PWC**  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CNPJ 25P000160/O-5

**Luís Carlos Matias Ramos**  
Contador CRC 15P171564/O-1